

CONTABILIDADE PARA ME E EPP OBRIGATORIEDADE VS FISCALIZAÇÃO



INOVAÇÃO
E PROTAGONISMO
em ação

- *Sua presença*
- *Sua participação e envolvimento*
- *Sua experiência coletiva*





Prof. Tiago Emerson

- Contador e Professor
- Empresário Contábil
- Especialista em Contabilidade
- Vice-Presidente da Comissão do Simples Nacional CRC CE
- Membro da Comissão da Reforma Tributária CRC CE

Instagram: @contadortiagoemerson

A escrituração Contábil **é obrigatória para todas as entidades**, inclusive Microempresas e Empresas de Pequeno Porte?

Linha do Tempo

ITG 2000 (R1) Item 2 – Escrituração Contábil

Esta Interpretação deve ser adotada **por todas as entidades, independente da natureza e do porte**, na elaboração da escrituração contábil, observadas as exigências da legislação e de outras normas aplicáveis, se houver;

Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), art. 1.179

O empresário e a sociedade empresária **são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros**, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Linha do Tempo

Lei Complementar nº 123/2006 – Art 27.

As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional **poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada** para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamentação do Comitê Gestor.

NBC TG 1002 – CONTABILIDADE PARA MICROENTIDADES

Vigência geral desde 01/01/2023

Microentidades

Organizações com finalidade de lucros, **com receita bruta até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) por ano.**

Obs: Vinculado ao inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Objetivo da NBC TG nº 1002

Item 2.1 - Apresentar informações sobre a posição financeira **(balanço patrimonial)** e o **desempenho (resultado)**.

Demonstrações Obrigatórias

DF's	Status
Balanço Patrimonial (BP)	✓
Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	✓
Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA)	✓
Notas Explicativas	⚠
Obs: É incentivada a elaboração das notas explicativas	✓

Estrutura do Balanço Patrimonial

Ativo

(a) caixa e bancos; (b) aplicações financeiras; (c) contas a receber e outros recebíveis; (d) estoques; (e) despesas antecipadas; (f) tributos a recuperar; (g) investimentos societários; (h) ativo imobilizado; (i) ativos intangíveis;

Passivo

(j) fornecedores e outras contas a pagar; (k) tributos a recolher ou pagar; (l) empréstimos e financiamentos; (m) provisões; (n) capital social; (o) reservas de capital; (p) reservas de lucros; (q) lucros ou prejuízos acumulados.

Estrutura da DRE

- (a) receita bruta;
- (b) deduções à receita bruta;
- (c) receita líquida;**
- (d) custo dos produtos, das mercadorias vendidas ou dos serviços prestados;
- (e) resultado (lucro ou prejuízo) bruto;**
- (f) despesas com vendas;
- (g) despesas administrativas;
- (h) outras despesas e receitas operacionais;
- (i) resultado antes das receitas e despesas financeiras;**
- (j) receitas financeiras;
- (k) despesas financeiras;
- (l) resultado antes dos tributos sobre o lucro;**
- (m) tributos sobre o lucro;
- (n) resultado líquido do exercício.**

Estrutura da DLPL

- (a) saldo do lucro ou prejuízo acumulado no início do exercício;
- (b) ajustes de exercícios anteriores
- (c) reversão de reservas de lucros;
- (d) resultado líquido do exercício;
- (e) dividendos ou outras formas de lucros declarados e pagos no período;
- (f) dividendos ou outras formas de lucros a pagar no exercício seguinte;
- (g) aumento ou redução de capital social;
- (h) lucro ou prejuízo acumulado no fim do período contábil

Modus Operandi para Adoção Inicial

- ✓ Reconhecer todos os ativos e passivos cujos são exigidos pela norma;
- ✓ Baixar ativos e passivos se a norma não permitir tais reconhecimentos; e
- ✓ Reclassificar os itens que tenha reconhecido anteriormente de forma diferente do requerido pela norma.

Adoção Inicial vs Custo Atribuído

A microentidade que aplicar esta Norma pela primeira vez pode, e apenas nessa adoção inicial, optar pela aplicação do custo atribuído aos **ativos imobilizados** que até essa data constavam ao custo em suas demonstrações anteriores ou que forem inseridos nessa adoção inicial.

Cenário Prático - Custo Atribuído

- ✓ Entidade: Móveis Crateús Limitada
- ✓ Adoção Inicial em 01/01/2025
- ✓ Adquiriu uma máquina em 2016 por R\$ 80.000,00
- ✓ Vida útil estimada 10 anos
- ✓ Depreciação acumulada até 2024: R\$ 64.000,00
- ✓ Valor contábil líquido: R\$ 16.000,00

Cenário Prático - Custo Atribuído

- ✓ Contratação de laudo técnico avaliando a máquina em R\$ 30.000,00 a partir de 01/01/2025.

D – Máquinas e Equipamentos

C – Ajuste de Avaliação Patrimonial R\$ 14.000,00

Depreciação

Item 17.4 – NBC TG nº 1002

Itens como peças de reposição, equipamentos de reserva e equipamentos de serviço devem ser contabilizados de acordo com esta seção quando atenderem à definição de ativo imobilizado. Caso contrário, deverão ser classificados como estoque.

Cenário Prático - Depreciação

- ✓ Entidade: Móveis Crateús Limitada
- ✓ Ativo Imobilizado de Máquinas R\$ 80.000,00
- ✓ Vida útil estimada 5 anos
- ✓ Produção anual projetada: 6.000 unidades de mesa
- ✓ Custo variável por unidade: R\$ 80,00
- ✓ Despesa fixa ano: R\$ 90.000,00 (excluindo a depreciação)
- ✓ Margem de lucro desejada: 25% sobre o custo total

Cenário Prático - Depreciação

- ✓ Vr Depreciação: $\text{R\$ } 30.000,00 / 5 \text{ anos} = \text{R\$ } 6.000,00 \text{ a.a}$
- ✓ Gasto fixo total ano: (Despesa Fixa + Depreciação)
- ✓ Gasto fixo total ano: $\text{R\$ } 90.000,00 + \text{R\$ } 6.000,00$
- ✓ Gasto fixo total ano: $\text{R\$ } 96.000,00$
- ✓ GF total ano por unid: $\text{R\$ } 96.000,00 / 6.000 = \text{R\$ } 16,00$
- ✓ Custo total por unidade: $\text{R\$ } 80,00 + 16,00 = \text{R\$ } 96,00$
- ✓ Preço de Venda: $\text{R\$ } 96,00 / (1 - 0,25) = \text{R\$ } 128,00$

- ✓ **Receita Bruta: R\$ 128,00**
- ✓ **Custo da Venda: R\$ 96,00**
- ✓ **Margem de Lucro: R\$ 32,00 ou seja, 25%**

Adiantamento para Aumento de Capital - AFAC

Item 22.8 – NBC TG nº 1002

Poderão existir contas temporárias no patrimônio líquido **como adiantamento para futuro aumento de capital (se na essência assim for considerado)**. Essas contas devem ser destacadas no patrimônio líquido.

Mensuração das Receitas

A microentidade **deve mensurar a receita bruta** pelo valor da contraprestação recebida ou a receber, e como deduções o valor de desconto comercial, desconto financeiro por pagamento antecipado a terceiros, desconto e abatimento por volume concedido pela microentidade, e tributos sobre vendas ou sobre o valor adicionado.

Mensuração das Receitas

Na Venda de Estoques

- ✓ Contabilizar conforme emissão da nota fiscal
- ✓ Transferência dos riscos e benefícios ao comprador
- ✓ Mensuração confiável da receita
- ✓ Provável recebimento da transação; e
- ✓ Mensuração confiável dos custos incorridos ou a incorrer de forma confiável

Mensuração das Receitas

Na Prestação de Serviços

- ✓ Contabilizar conforme emissão da nota fiscal
- ✓ Transferência dos serviços e benefícios ao cliente
- ✓ Mensuração apropriada de forma linear nos serviços de longo prazo ou outro método mais fidedigno a representação do desempenho

Investimentos em Controladas

Item 14.2 – NBC TG nº 1002

Os lucros distribuídos por essas entidades investidas serão computados **como receitas de dividendos ou de lucros recebidos.**

Obs: Veda a aplicação do Método de Equivalência Patrimonial - MEP

Provisões

Item 21.2 – NBC TG nº 1002

As provisões são passivos com prazo e/ou valor incertos. Obrigações por disputas tributárias, cíveis, trabalhistas e decorrentes de garantias são alguns exemplos de provisões.

Não se aplica o conceito de provisão para os ajustes por redução de valor de ativos, como a depreciação acumulada, bem como para obrigações com **incertezas não relevantes quanto ao valor, como férias, 13º salário, imposto de renda etc.,** uma vez que não existem incertezas relevantes no tocante a prazo e valor.

Excesso de Receita Bruta

2 (dois) anos consecutivos

As microentidades que ultrapassarem **o limite anual de R\$ 4.800.000,00 de receita bruta por 2 anos consecutivos** passarão, obrigatoriamente, a adotar, após esses 2 anos, a NBC TG 1001 -Contabilidade para Pequenas Empresas, a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Médias Empresas ou as normas completas (NBC TG), a partir do ano seguinte.

Redução da Receita Bruta

2 (dois) anos consecutivos

A entidade que adotar a NBC TG 1001, a NBC TG 1000 ou as normas completas (NBC TG) **cuja receita bruta anual ficar abaixo de R\$ 4.800.000,00 por 2 anos consecutivos** pode, a partir do ano seguinte, adotar a NBC TG 1002.

FISCALIZAÇÃO

Agentes Fiscalizadores

Receita Federal

Secretarias da Fazenda Estadual

Secretarias da Fazenda Municipal

Tribunal de Contas (TCU / TCE´s)

Banco Central

CFC/CRC´s

Instituições Financeiras

Receita Federal / Estadual / Municipal

Distribuição de lucros sem demonstrações contábeis (DLPA, DRE);

Omissão de receitas percebida por cruzamento com DIMP; SPED, ECF, eSocial, PGDAS-D;

Retirada de valores sem pró-labore formalizado;

Movimentações bancárias incompatíveis com a receita declarada;

Ausência de livros contábeis (inclusive Livro Caixa ou Livro Diário).

Tribunais de Contas (TCU; TCE's e TCM's)

Ausência ou inconsistência nas demonstrações contábeis apresentadas para fins de licitação ou prestação de contas;

Incompatibilidade entre o porte da empresa e os recursos públicos recebidos;

Utilização inadequada dos recursos de convênios ou contratos públicos;

Falta de registro contábil da execução financeira do contrato;

Documentos contábeis assinados por profissional sem habilitação no CRC.

Banco Central

Balanços fictícios ou sem respaldo documental;

Ausência de assinatura do contador habilitado;

Demonstrativos baseados apenas em Livro Caixa;

Incompatibilidade entre faturamento informado e resultados contábeis;

Falta de padrão técnico nas informações contábeis apresentadas

CFC e CRC's

- I. Ausência de responsabilidade técnica na ME e EPP;
- II. Assinatura de balanços ou declarações por profissional irregular;
- III. Não aplicação das normas contábeis vigentes (NBC TG 1002);
- IV. Escrituração terceirizada por pessoas sem registro profissional
- V. Ausência de documentos comprobatórios

***“Contabilidade vai além de registrar números.
É uma obrigação legal, que auxilia na tomada
de decisões e está sempre no radar da
fiscalização.”***

Prof. Tiago Emerson